

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

| CNJ                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Legislação                                                                                      | Ementa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Recomendação CNJ nº 66, de 13 de maio 2020</u></b>                                        | Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento das ações que versem sobre o direito à saúde a adoção de medidas para garantir os melhores resultados à sociedade durante o período excepcional de pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Resolução do CNJ nº 318, de 7 de maio de 2020</u></b>                                     | Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pelas Resoluções nº 313, de 19 de março de 2020, e nº 314, de 20 de abril de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>Portaria Conjunta nº 2, de 28 de abril de 2020 Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u></b> | Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento de corpos durante a situação de pandemia do Coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades notificadores de óbito, na hipótese de ausência de familiares, de pessoa não identificada, de ausência de pessoas conhecidas do obituado e em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.                                          |
| <b><u>Provimento CNJ nº 98, de 27 de abril de 2020</u></b>                                      | Dispõe sobre o pagamento dos emolumentos, acréscimos legais, dívidas e demais despesas através dos meios eletrônicos, dentre os quais boleto bancário, cartão de débito e crédito, inclusive mediante parcelamento, a critério do usuário, como medida preventiva de saúde pública nas serventias extrajudiciais, visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 e dá outras providências. |
| <b><u>Provimento CNJ nº 97, de 27 de abril de 2020</u></b>                                      | Regula os procedimentos de intimação nos tabelionatos de protesto de títulos visando a redução dos riscos de contaminação com o novo coronavírus, causador da COVID-19 como medida preventiva de saúde pública nas referidas serventias extrajudiciais.                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Resolução CNJ nº 314, de 20 de abril de 2020</u></b>                                      | Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Portaria CNJ nº 61, de</u></b>                                                            | Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                                            |                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>31 de março de 2020</u></b>                                                          | julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia Covid-19.                                                                                                                                                             |
| <b><u>Resolução nº 313, de 19 de março de 2020. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</u></b> | Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial. |

| TJERJ                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Legislação                                                  | Ementa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Ato Regimental nº 04, de 19 de maio de 2020</u></b>   | Mantém o home office e as aulas virtuais como meios garantidores do distanciamento social conforme o Ato Normativo nº. 14/2020, em razão da edição da Resolução nº. 318/2020 do CNJ e do que restou decidido no Pedido de Providências nº's. 0002746-64.2020.2.00.0000 e 0002765-70.2020.2.00.0000.                                                                                                                                           |
| <b><u>Aviso nº 44/2020</u></b>                              | Avisa aos Senhores (as) Magistrados (as), Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento e outras providências afins.                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Provimento CGJ nº 38, de 18 de maio de 2020</u></b>   | Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.                                                                                                                                                   |
| <b><u>Recomendação CGJ nº 01, de 15 de maio de 2020</u></b> | Recomenda aos Juízes de Direito com competência na área da Infância, Juventude e Idoso que, durante o período de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, realizem inspeções remotamente, através de telefone e e-mail, nas unidades de execução de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, bem como nas instituições para acolhimento institucional de crianças/adolescentes e de longa permanência de idosos. |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Aviso CGJ nº 407, de 15 de maio de 2020</u></b>            | Avisa aos Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos, Delegados de Polícia, advogados e demais profissionais da rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente que o Protocolo Voz, anexo, orienta os atos praticados para atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência para garantia da proteção integral, inclusive na vigência das medidas de distanciamento social em razão da COVID-19. |
| <b><u>Ordem de Serviço DGFEX nº 7, de 15 de maio de 2020</u></b> | Resolve que os Núcleos Regionais deverão utilizar, apenas, o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para tramitação dos processos administrativos relativos à matéria extrajudicial.                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Provimento CGJ nº 39, de 15 de maio de 20</u></b>          | Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nos 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 318/2020 do Conselho Nacional de Justiça.                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Aviso nº 43/2020</u></b>                                   | Avisa aos representantes das pessoas jurídicas acerca da necessidade de cadastramento no SISTCADPJ - Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas a fim de possibilitar a citação e a intimação eletrônica.                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Ato Normativo nº 14, de 14 de maio de 2020</u></b>         | Ato prorroga o teletrabalho e suspende prazos dos processos eletrônicos e físicos até 31 de maio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Recomendação nº 01, de 30 de abril de 2020</u></b>         | Recomenda aos magistrados e juízes leigos em exercício junto aos Juizados Especiais Cíveis relativamente à realização de audiências não presenciais enquanto durarem as medidas preventivas à propagação de infecção pelo novo coronavírus - Covid-19.                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Provimento CGJ nº 36, de 29 de abril de 2020</u></b>       | Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário.                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Provimento CGJ nº 35, de 28 de abril de 2020</u></b>       | Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nºs 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 314, do Conselho Nacional de Justiça.                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Ato Normativo nº 13/2020</u></b>                           | Ato Normativo nº 13/2020 - Consolidado com as alterações do Ato Normativo nº 14/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Ato Normativo nº. 12 de 22 de abril de 2020</u></b> | Modifica as regras do Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e no Ato Normativo nº 08/2020 em razão da edição da Resolução nº 314/2020 do CNJ e disciplina sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 15/05/2020 e dá outras providências.                               |
| <b><u>Ato Normativo nº 09 de 31 de março de 2020</u></b>  | Altera dispositivos do Ato Normativo nº 8/2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Ato Normativo nº 08 de 28 de março de 2020</u></b>  | Institui o Plantão Extraordinário eletrônico previsto na Resolução nº 313/2020 do CNJ e disciplina sobre a administração de prédios e instalações do Poder Judiciário, bem como a suspensão de prazos para o período compreendido entre os dias 01 e 30/04/2020 e dá outras providências.                                                                                                                           |
| <b><u>Ato Normativo Conjunto nº 06/2020</u></b>           | Regulamenta a forma e o funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) nos 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 31 de março deste ano, período de vigência do estado de emergência instituído pelo Ato Normativo Conjunto 05/2020, já publicado.                                                                                  |
| <b><u>Provimento CGJ nº 20/ 2020</u></b>                  | Autoriza a redução do horário de funcionamento dos serviços extrajudiciais, para o período compreendido entre os dias 17 e 31/03/2020, conforme provimento CGJ nº 19/2020.                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b><u>Ato Normativo Conjunto nº 05/ 2020</u></b>          | Resolve suspender os prazos processuais dos processos físicos e eletrônicos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, no período de 17 a 31 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b><u>Aviso TJ nº 27/2020</u></b>                         | Avisa aos Senhores Magistrados, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, Servidores e demais interessados, acerca da suspensão das atividades da Justiça Itinerante do Estado do Rio de Janeiro.<br>"Os prazos judiciais em todos os Postos da Justiça Itinerante, também ficarão suspensos por 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de março (segunda-feira) até o dia 14 de maio de 2020 (quinta-feira)". |
| <b><u>Aviso nº 38/2020</u></b>                            | Avisa aos Senhores Magistrados, Chefes de Serventias, Defensoria Pública, Advogados e Serventuários da Justiça que atuam nas serventias judiciais acerca do procedimento a ser adotado para a expedição de mandados de pagamento.                                                                                                                                                                                   |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Aviso nº 33/2020</u></b>                                           | Avisa aos servidores que, considerando a dispensa das atividades presenciais, os prazos para adesão ao PIA estão interrompidos a contar de 17/03/2020.                                                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Provimento CGJ nº 23, de 20 de março de 2020</u></b>               | Estabelece o procedimento para o cumprimento dos Alvarás de Soltura expedidos durante o período de funcionamento do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU).                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Provimento CGJ nº 22, de 20 de março de 2020</u></b>               | Autoriza temporariamente a suspensão das atividades dos Serviços Extrajudiciais e o atendimento virtual ao público; prorroga os prazos de validade dos protocolos, de qualificação, de prática dos atos notariais e de registro, bem como a eficácia do certificado de habilitação de casamento que expirar no período da vigência do Provimento CGJ nº 19/2020. |
| <b><u>Provimento CGJ nº 21, de 20 de março de 2020</u></b>               | Dispõe sobre o rodízio de servidores de primeiro grau em sistema de sobreaviso, durante a vigência do Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU), e dá outras providências.                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 7, de 16 de março de 2020</u></b> | Disciplina o disposto no art. 9º do Ato Normativo Conjunto nº 04/2020 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Ato Normativo Conjunto nº 04/ 2020</u></b>                         | Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19).<br>"Ficam suspensos por 14 (quatorze) dias os prazos dos processos físicos judiciais e administrativos em todo o Estado do Rio de Janeiro, ficando dispensado que advogados e partes compareçam aos fóruns".                                                            |

| DETRAN                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-----------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Legislação                                                      | Ementa                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Portaria DETRAN-RJ nº 5865, de 15 de maio de 2020</u></b> | Altera a Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5.775, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento anual dos veículos cadastrados no Estado do Rio de Janeiro e divulga o calendário referente ao exercício de 2020, e dá outras providências. |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Portaria DETRAN SEI N.º 5830, de 13 de março de 2020</u></b> | Altera a Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5.775, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento anual dos veículos cadastrados no Estado do Rio de Janeiro e divulga o calendário referente ao exercício de 2020 e dá outras providências.                                                                          |
| <b><u>Portaria DETRAN SEI nº 5829, de 13 de março de 2020</u></b>  | Dispõe sobre a tolerância excepcional da validade do documento de habilitação no Estado do Rio de Janeiro do prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo certificado de registro de veículo no caso de transferência de propriedade, em razão da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). |

## Leis, Decretos, Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Atos Administrativos

| Legislação                                                               | Ementa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Decreto nº 47.088, de 19 de maio de 2020</u></b>                   | Cria a Secretaria Extraordinária de acompanhamento das Ações Governamentais integradas da COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Decreto nº 47.087, de 19 de maio de 2020</u></b>                   | Dá Nova Redação ao Art. 1º do Decreto nº 46.979, de 19 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Decreto nº 47.086, de 19 de maio de 2020</u></b>                   | Dá Nova Redação ao art. 3º do Decreto nº 47.079, de 18 de maio de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>Instrução Normativa SECCG nº 01, de 19 maio de 2020</u></b>        | Regulamenta o Decreto nº 47.050, de 29 de abril de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Resolução Conjunta SMS/SMASDH nº 65, de 18 de maio de 2020</u></b> | Dispõe sobre o processo de trabalho no período de hospedagem dos idosos e seus acompanhantes moradores de comunidades socialmente vulneráveis, visando prevenir a contaminação pelo novo Coronavírus - COVID -19 e dá outras providências.                                                                                                                                |
| <b><u>Resolução SMS nº 4402, de 18 de maio de 2020</u></b>               | Aprovar e conceder efeito normativo à Nota Técnica nº 006/2020, anexo I desta Resolução: Orientações para as unidades de saúde próprias, conveniadas e contratadas no âmbito do SUS do Município do Rio de Janeiro sobre a regulação (agendamento) de consultas, exames e/ou procedimentos ambulatoriais eletivos agendados pelo SISREG durante a Pandemia pelo COVID-19. |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Resolução SEFAZ nº 148, de 15 de maio de 2020</u></b> | Estabelece os procedimentos para requerimentos apresentados no sistema atendimento digital RJ, no âmbito da Subsecretaria de Receita.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Lei nº 8.831, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a contratar em caráter emergencial profissionais de saúde de outras nacionalidades que tenham atuado no programa mais médicos, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Lei nº 8.830, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a antecipar a dispensação de medicamentos de uso contínuo no Estado do Rio de Janeiro, em casos de endemia, epidemia e pandemia, em toda a rede de saúde, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei nº 8.829, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Dispõe sobre alteração da Lei nº 5.901, de 24 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos hotéis, restaurantes, bares e similares, localizados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, de disponibilizarem gel sanitizante aos seus usuários.                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b><u>Lei nº 8.828, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a credenciar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, farmácias da rede privada para proceder a vacinação contra gripe em idosos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Lei nº 8.827, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a promover ação de fomento emergencial para os pontos de cultura durante o combate ao vírus COVID – 19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Lei nº 8.826, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Dispõe sobre a utilização dos centros integrados de educação pública durante as medidas de enfrentamento da propagação e combate ao Coonavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Lei nº 8.825, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a criar hospitais de campanha, em caráter emergencial e provisório, dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Lei nº 8.824, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a conceder benefícios fiscais do ICMS incidentes nas operações e prestações realizadas no âmbito da adoção de medidas de prevenção ao contágio, de enfrentamento e contingenciamento da pandemia causada pelo Novo Coronavírus - COVID – 19 – Enquanto perdurar os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus -COVID |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                          | -19 e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei nº 8.823, de 14 de maio de 2020</u></b>        | Dispõe sobre o acolhimento da população em situação de rua e vulnerabilidade social bem como demais providências de saúde no enfrentamento à pandemia.                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b><u>Lei 8.822, de 14 de maio de 2020</u></b>           | Autoriza o Poder Executivo a negociar linhas de crédito a juros iguais ou inferiores a 3,75% enquanto perdurar os efeitos do decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19); e á outras providências. |
| <b><u>Lei nº 8.821, de 14 de maio de 2020</u></b>        | Autoriza o Poder Executivo a solicitar a União que se abstenha de adotar quaisquer medidas de cobrança e constrição patrimonial contra o Estado do Rio de Janeiro em decorrência do não pagamento do contrato de refinanciamento da dívida firmado quando da assinatura do regime de recuperação fiscal.                                                                                            |
| <b><u>Lei nº 8.820, de 14 de maio de 2020</u></b>        | Autoriza o Poder Executivo a utilizar câmeras termais como fim de detectar pessoas com febre em locais de grande fluxo, como forma de prevenção a doenças infectocontagiosas.                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei nº 8.819, de 14 de maio de 2020</u></b>        | Dispõe sobre a elaboração e divulgação de campanhas e materiais informativos a respeito da infecção pelo coronavírus (COVID-19) e as formas de prevenção direcionadas à população em situação de rua, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.                                                                                                                                                        |
| <b><u>Lei nº 8.818, de 14 de maio de 2020</u></b>        | Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento gratuito de equipamentos de proteção individual (EPIS) durante o plano de contingência do Novo Coronavírus (COVID-19) no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Lei nº 13.998, de 14 de maio de 2020</u></b>       | Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Portaria TR/CRV nº 4.197/2020</u></b>              | Proíbe estacionamento de veículos sem via do bairro Freguesia como medida adicional de contenção do contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de</u></b> | Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>2020</u></b>                                            | pandemia da covid-19.                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Portaria TR/CRV nº 4.194</u></b>                        | Proíbe o estacionamento de veículos nas vias localizadas junto à Orla da praia dos Bairros Copacabana, Ipanema, Leblon São Conrado, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes como medida adicional de contenção do contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19.       |
| <b><u>Resolução "N" SMS nº 4397 de 11 de maio de 2020</u></b> | Regulamenta, em caráter temporário e excepcional, a realização de testes rápidos - ensaios imunocromatográficos, para a pesquisa de anticorpos ou antígeno do novo Coronavírus na forma que menciona.                                                                 |
| <b><u>Portaria TR/CRV nº 4.183</u></b>                        | Proíbe o estacionamento de veículos nas vias localizadas junto à Orla da praia dos Bairros Copacabana, Ipanema, Leblon São Conrado, Urca, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes como medida adicional de contenção do contágio pelo Novo Coronavírus - COVID-19. |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.424, de 11 de maio de 2020</u></b>    | Dispõe sobre vedações transitórias, em ressalva ao disposto no Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, altera o Decreto Rio nº 47.328, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                       |
| <b><u>Decreto nº 47.068, de 11 de maio de 2020</u></b>        | Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (COVID 19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.                                                                                                   |
| <b><u>Lei nº 8.817, de 11 de maio de 2020</u></b>             | Dispõe sobre o protocolo de proteção e segurança a ser adotado pelas operadoras de transportes por aplicativo, no âmbito do plano de contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.                                                               |
| <b><u>Lei nº 8.815, de 11 de maio de 2020</u></b>             | Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção de pedágio no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, aos profissionais da Área da Saúde e de Segurança Pública, enquanto durar o plano de contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.             |
| <b><u>Lei nº 8.813, de 11 de maio de 2020</u></b>             | Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Sistema de Logística Solidária", e dá outras providências, enquanto perdurar o reconhecimento de emergência na Saúde Pública, decretado pelo governador, em razão da pandemia do Coronavírus - COVID-19.                    |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Lei nº 8.812, de 11 de maio de 2020</u></b>               | Autoriza o Poder Executivo a negociar a manutenção do emprego com contrato de carteira assinada enquanto perdurar os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020 que reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e a adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19); dá outras providências. |
| <b><u>Lei nº 8.811, de 11 de maio de 2020</u></b>               | Fica o Poder Executivo autorizado a dispor sobre a vedação da suspensão e/ou o cancelamento dos planos de saúde por falta de pagamento, durante a vigência do Plano de contingência do Novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                          |
| <b><u>Lei nº 8.808, de 8 de maio de 2020</u></b>                | Dispõe sobre a proibição temporária de execução de obras e reparos não emergenciais em condomínios comuns e edifícios durante o plano de contingência para combate da doença COVID-19 causada pelo Novo Coronavírus.                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>Portaria TR/CRV 4.169</u></b>                             | Autoriza a interdição ao trânsito de veículos em vias dos Bairros Santa Cruz, Campo Grande e Bangu para realização do evento "Atendimento da Caixa Econômica Federal".                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Portaria TR/CRV 4.168</u></b>                             | Autoriza interdição ao trânsito de veículos em vias do Bairro Centro para realização de operação para evitar aglomerações de pessoas na Uruguaiana – Combate ao COVID- 19.                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Decreto nº 47.063, de 6 de maio de 2020</u></b>           | Altera dispositivos do Decreto nº 46.982, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcela dos inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus).                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Portaria DETRO/PRES nº 1524, de 6 de maio de 2020</u></b> | Dispõe sobre a suspensão temporária da exigibilidade do pagamento da taxa de vistoria e fiscalização para as empresas registradas no DETRO/RJ, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Lei nº 8.804, de 6 de maio de 2020</u></b>                | Concede isenção do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação financeira e de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), na forma que especifica.                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Decreto 47.060, de 5 de maio de 2020</u></b>              | Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial, no âmbito do Serviço de                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                             | Transporte Público de passageiros de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b><u>Lei Federal nº 13.995, de 5 de maio de 2020</u></b>   | Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à pandemia da Covid-19.                                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.803, de 4 de maio de 2020</u></b>   | Altera a Lei Estadual 6.041/11, que criou o Fundo Especial da Alerj. A proposta permite que sejam feitas transferências de recursos para custear projetos de Centros de Pesquisas Tecnológicas vinculados a universidades estaduais e federais, além de programas na área de Saúde, Educação, Segurança Pública e Cultura. A medida permitirá que a Casa financie a produção de respiradores desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o uso no tratamento de pacientes com Coronavírus. |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.802, de 4 de maio de 2020</u></b>   | Autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga horária ou adotar regime de trabalho remoto para servidores públicos estaduais e trabalhadores terceirizados, na forma que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.801, de 30 de abril de 2020</u></b> | Fica determinado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro que as concessionárias de transportes públicos, realizem diariamente desinfecção e limpeza de seus veículos para contenção do Coronavírus (COVID 19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.800, de 30 de abril de 2020</u></b> | Obriga as empresas concessionárias de Transporte Público a disponibilizar álcool gel nas estações e composições para contenção do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.799, de 30 de abril de 2020</u></b> | Dispõe sobre a prestação do serviço de entrega em domicílio durante o período de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.798, de 30 de abril de 2020</u></b> | Autoriza a isenção da tarifa no transporte intermunicipal coletivo de passageiro por ônibus, e ferroviário, metropolitano e aquaviário para os servidores da área de saúde no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Lei Estadual nº 8.797, de 30 de abril de 2020</u></b>                                                       | Autoriza o Poder Executivo a criar "Plano de Risco e Resposta Rápida" para atuar no monitoramento do Coronavírus dos profissionais de saúde que atuam nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro.                                     |
| <b><u>Niterói aprova 'lockdown' e vai multar em R\$ 180 quem sair à rua sem vínculo com serviço essencial</u></b> | Medidas valem inicialmente entre 11 e 15 de maio. Cidade, a 1ª a adotar o 'lockdown' no Sudeste, vai medir temperatura de quem entrarem no município.                                                                                        |
| <b><u>Decreto nº 47.052, de 29 de abril de 2020</u></b>                                                           | Em decreto publicado no Diário Oficial do Estado, o governador Wilson Witzel prorrogou, até o próximo dia 11 de maio, as medidas de prevenção e enfrentamento à propagação do novo coronavírus no Estado do Rio de Janeiro.                  |
| <b><u>Decreto Rio nº 47394, de 29 de abril de 2020</u></b>                                                        | Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências                                  |
| <b><u>Portaria "N"º F/CFE nº 125, de 29 de abril de 2020</u></b>                                                  | Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirantes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19.                                                                          |
| <b><u>Resolução nº 677, de 29 de abril de 2020</u></b>                                                            | Estabelece medidas de médio prazo para gestão das atividades do Tribunal.                                                                                                                                                                    |
| <b><u>Prefeitura suspende feiras livres por 10 dias</u></b>                                                       | Em decreto publicado na noite desta quarta-feira (22), a Prefeitura do Rio de Janeiro determinou a suspensão durante 10 dias das feiras livres, como forma de evitar aglomeração e, assim, conter a propagação do novo coronavírus.          |
| <b><u>Decreto nº 1.999, de 20 de abril de 2020</u></b>                                                            | Dispõe sobre a prorrogação das medidas de enfrentamento à situação de emergência no Município de Saquarema-RJ, em decorrência da pandemia do coronavírus (covid-19), com relação à restrição de acesso de turistas, veranistas e visitantes. |
| <b><u>Decreto nº 47.375, de 18 de abril de 2020</u></b>                                                           | Fica considerado obrigatório o uso de máscara facial não profissional durante o deslocamento de pessoas pelos bens públicos do Município e para atendimento em estabelecimentos com funcionamento autorizado.                                |
| <b><u>Decreto nº 47.039, de</u></b>                                                                               | Determina a realização de ações pelo Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual de                                                                                                                                        |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>17 de abril de 2020</u></b>                                      | avaliação sistemática das despesas e atos decorrentes das medidas de enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Decreto nº 47.038, de 17 de abril de 2020</u></b>                | Reconhece o falecimento, em virtude da COVID-19 contraída por Servidor Público Civil ou Militar Estadual, no exercício de suas atribuições, com o acidente em serviço para fins de pagamento de pensão por morte.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.796, de 17 de abril de 2020</u></b>            | Altera as leis nº 4.534, de 04 de abril de 2005 e nº 7.495, de 05 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o fundo de recuperação econômica de municípios fluminenses e sobre o impedimento de concessão de novos incentivos fiscais ou benefício de natureza tributária de quais decorram renúncias de receitas, novos financiamentos, fomentos econômicos ou investimentos estruturantes a empresas sediadas ou que venham a se instalar no Estado do Rio de Janeiro durante o prazo de fruição do regime de recuperação fiscal que trata a Lei Complementar Federal nº159/2017 e dá outras providências. |
| <b><u>Instrução Normativa RFB nº 1938, de 15 de abril de 2020.</u></b> | Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas(CPF), em decorrência da pandemia da doença pelocoronavírus 2019 (Covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020</u></b>                  | Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Lei Federal nº 13. 989, de 15 de abril de 2020</u></b>           | Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crisecausada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Medida Provisória nº 948, de 8 de abril de 2020</u></b>          | Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.357, de 08 de abril de 2020</u></b>            | Dispõe sobre o fornecimento de Cartão Cesta Básica aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, inscritos nos Pro-gramas Bolsa Família ou Cartão Família Carioca, em decorrência da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.356, de 08 de abril de 2020</u></b>            | Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                | pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.355, de 08 de abril de 2020</u></b>    | Decreta Estado de Calamidade Pública no Município do Rio de Janeiro em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus-Covid-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b><u>Decreto nº 47.025, de 07 de abril de 2020</u></b>        | Dispõe sobre a liberação de atividade comercial em municípios sem notificação de cometimento do Covid-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Decreto nº 47.022, de 06 de abril de 2020</u></b>        | Dispõe sobre alteração do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Decreto nº 47.019 de 03 de abril de 2020</u></b>         | Dispõe sobre alteração do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Medida Provisória nº 942/2020</u></b>                    | Governo federal destina quase R\$ 340 milhões para o MEC no combate ao Coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020</u></b>     | Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. |
| <b><u>Medida Provisória Nº 934, de 1º de abril de 2020</u></b> | Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Resolução nº 279/2020</u></b>                            | Estabelece que a votação da "Ordem do Dia" enquanto perdurar os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março 2020 que "Reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19); e dá outras providências" poderá ser realizada de forma remota.                                                                                                                                         |
| <b><u>Decreto nº 47.012, de 31 de março de 2020</u></b>        | Altera redação do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para incluir o inciso VIII que determina a paralisação integral da circulação de trens na operação da extensão Guapimirim e                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                             | fechamento de todas as estações no trecho entre as estações de Saracuruna e Guapimirim.                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b><u>Decreto nº 47.010, de 31 de março de 2020</u></b>     | Altera o inciso VIII do art. 4º do Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b><u>Decreto nº 47.009, de 31 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre o Gabinete de Gerenciamento de informações para subsidiar os atos decisórios do Governo do Estado.                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Decreto nº 47.008, de 30 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre a autorização ambiental de funcionamento para instalações hospitalares e outras obras emergenciais para enfrentamento do coronavírus (COVID-19)                                                                                                                                                                                         |
| <b><u>Decreto nº 47.006 de 27 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Decreto nº 47.005, de 27 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre medidas de redução de despesas com contratos no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro.                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b><u>Decreto nº 47.004, de 27 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre medidas relativas aos contratos de prestação de serviços de mão de obra terceirizada no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro ante o atual cenário econômico, com o objetivo de preservar o emprego e a renda durante enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020. |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.301, de 26 de março de 2020</u></b> | Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                         |
| <b><u>Decreto nº 46.994, de 25 de março de 2020</u></b>     | Contingencia, em diversos órgãos e Entidades Estaduais, o valor global de R\$ 7.679.291.453,66, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Decreto nº 46.993, de 25 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre a contenção de despesas durante período de Calamidade Pública, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Decreto nº 46.991 de 24 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre regras de dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.                                                      |
| <b><u>Decreto nº 46.990 de 24 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre a suspensão do faturamento de água e esgoto da CEDAE, e da outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                         |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Decreto nº 46.989 de 24 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre funcionamento de pequenos estabelecimentos de venda de alimentos, bebidas, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.773 de 23 de março de 2020.</u></b> | Determina a proibição de venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do Corona Vírus (COVID-19).                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.772 de 23 de março de 2020.</u></b> | Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a prover renda mínima emergencial a empreendedores solidários, em casos de emergência ou calamidade, na forma que menciona.                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.771 de 23 de março de 2020.</u></b> | Altera a Lei nº 4.892, de 1º de novembro de 2006, para incluir na lista de produtos da Cesta Básica o álcool gel.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Lei Estadual nº 8.770 de 23 de março de 2020.</u></b> | Autoriza o Poder Executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei Estadual nº 8769, 23 de março de 2020</u></b>     | Dispõe sobre medidas de proteção à população fluminense durante o plano de contingência do novo coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Lei Estadual nº 8768, 23 de março de 2020</u></b>     | Autoriza o Poder Executivo a adotar as medidas que especifica e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Lei Estadual nº 8767, de 23 de março de 2020</u></b>  | Dispõe sobre o cancelamento ou remarcação de passagens aéreas bem como de pacotes de viagens adquiridos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em razão da doença COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CIV-2).                                                                                                                                                                                                                         |
| <b><u>Lei Estadual nº 8766, 23 de março de 2020</u></b>     | Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas contas de energia elétrica e dos serviços de telecomunicação pelo prazo de 180 dias, dos consumidores afetados pelos desastres naturais decorrentes das chuvas dos meses de janeiro e fevereiro de 2020 e pelo coronavírus, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020. |
| <b><u>Lei Estadual nº 8765, 23 de março de 2020</u></b>     | Autoriza o Poder Executivo a estabelecer o reestabelecimento dos horários de funcionamento das instituições Públicas Estaduais e Municipais e das diversas atividades laborais que se situam na região Metropolitana do Rio de Janeiro.                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Decreto nº 46.987 de 23 de março de 2020</u></b>      | Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de emergência em saúde e                                                                                                                                                                                                                                                                                              |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                | dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b><u>Decreto nº 46.986 de 23 de março de 2020</u></b>         | Altera o inciso I do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para excluir a determinação de fechamento da estação ferroviária corte 8 para embarques e desembarques de passageiros, bem como altera a alínea C do inciso IV do art. 1º do Decreto 46.983 de 20 de março de 2020 para incluir a estação ferroviária corte 8 no rol das estações com o acesso restrito, com triagem e controle de passageiros, e dá outras providências. |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.285, de 23 de março de 2020</u></b>    | Acrescenta dispositivos ao Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                  |
| <b><u>Medida Provisória nº 928, de 23 de março de 2020</u></b> | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.                                                                                                                                                 |
| <b><u>Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020</u></b> | Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                        |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.284, de 21 de março de 2020</u></b>    | Dispõe sobre o funcionamento do sistema Bus Rapid Transit-BRT aos sábados, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020</u></b>    | Determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b><u>Decreto nº 46.984 de 20 de março de 2020</u></b>         | Decreta estado de Calamidade Pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b><u>Decreto nº 46.983 de 20 de março de 2020</u></b>         | Amplia as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) através de restrições no sistema de transporte público e mobilidade urbana, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b><u>Decreto nº 46.982 de 20 de março de 2020</u></b>         | Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de créditos parcelados inscritos em dívida ativa em razão da pandemia decorrente do COVID-19 (Coronavírus), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                        |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b><u>Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020</u></b> | Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b><u>Despacho do Presidente da República</u></b>              | Mensagem nº 93<br>Senhores Membros do Congresso Nacional, Em atenção ao disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, solicito a Vossas Excelências o reconhecimento de estado de calamidade pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde, com as consequentes dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. |
| <b><u>Decreto nº 46.980, 19 de março de 2020</u></b>           | Atualiza as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) em decorrência da situação de emergência em saúde, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Decreto nº 46.979, 19 de março de 2020</u></b>           | Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da fatura de água da CEDAE, e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020</u></b> | Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.<br>"Art. 3º O prazo para o reembolso do valor relativo à compra de passagens aéreas será de doze meses, observadas as regras do serviço contratado e mantida a assistência material, nos termos da regulamentação vigente.<br>§ 1º Os consumidores ficarão isentos das penalidades contratuais, por meio da aceitação de crédito para utilização no prazo de doze meses, contado da data do voo contratado."                                                                                                                    |
| <b><u>Portaria nº 343, de 17 de março de 2020</u></b>          | Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b><u>Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020</u></b>        | Reconhece a situação de emergência na Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Decreto nº 46.970, de 13 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), do regime de trabalho de Servidor Público e contratado, e dá outras providências.                         |
| <b><u>Decreto nº 46.969 de 12 de março de 2020</u></b>       | Dispõe sobre a criação do gabinete de crise para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.                                                                 |
| <b><u>Secretaria Estadual de Saúde</u></b>                   | Rio proíbe trânsito de ônibus de cidades da Região Metropolitana para o resto do Estado.                                                                                                                                                        |
| <b><u>Linhas interestaduais de ônibus</u></b>                | Ônibus vindos de São Paulo são proibidos de entrar no Rio.                                                                                                                                                                                      |
| <b><u>Restaurante e Academias</u></b>                        | Restaurantes e academias do Rio serão fechados devido ao Coronavírus.                                                                                                                                                                           |
| <b><u>Bancos (FEBRABAN)</u></b>                              | Coronavírus: Bancos vão suspender pagamento de dívidas por 60 dias.                                                                                                                                                                             |
| <b><u>Decreto nº 46.966, de 11 de março de 2020</u></b>      | Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência da Saúde Pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, e dá outras providências.                                                                                     |
| <b><u>Portaria STJ /GP nº 82, de 11 de março de 2020</u></b> | Regulamenta procedimentos relativos aos servidores que tenham regressado de viagens a localidades afetadas pelo COVID-19.                                                                                                                       |
| <b><u>Organização Mundial da Saúde - OMS</u></b>             | Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus.                                                                                                                                                                                   |
| <b><u>UNICAMP</u></b>                                        | Em virtude da pandemia de coronavírus, estão suspensas de 13 a 29 de março todas as atividades da Unicamp. Serão mantidas apenas as atividades essenciais, a ser definidas e informadas à comunidade pelo comitê de crise criado pela Reitoria. |
| <b><u>Notícias STF</u></b>                                   | STF estabelece medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus - Nos dias de sessão de julgamento, somente as partes e os advogados de processos incluídos na pauta do dia terão acesso ao Plenário e às Turmas.                         |
| <b><u>Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020</u></b>      | Decreto suspende aulas e atividades por 5 dias.                                                                                                                                                                                                 |

# COVID-19

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 21.05.2020

|                                                            |                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020</u></b>     | Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. |
| <b><u>Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011.</u></b> | Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.         |

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento**  
**Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento**

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)